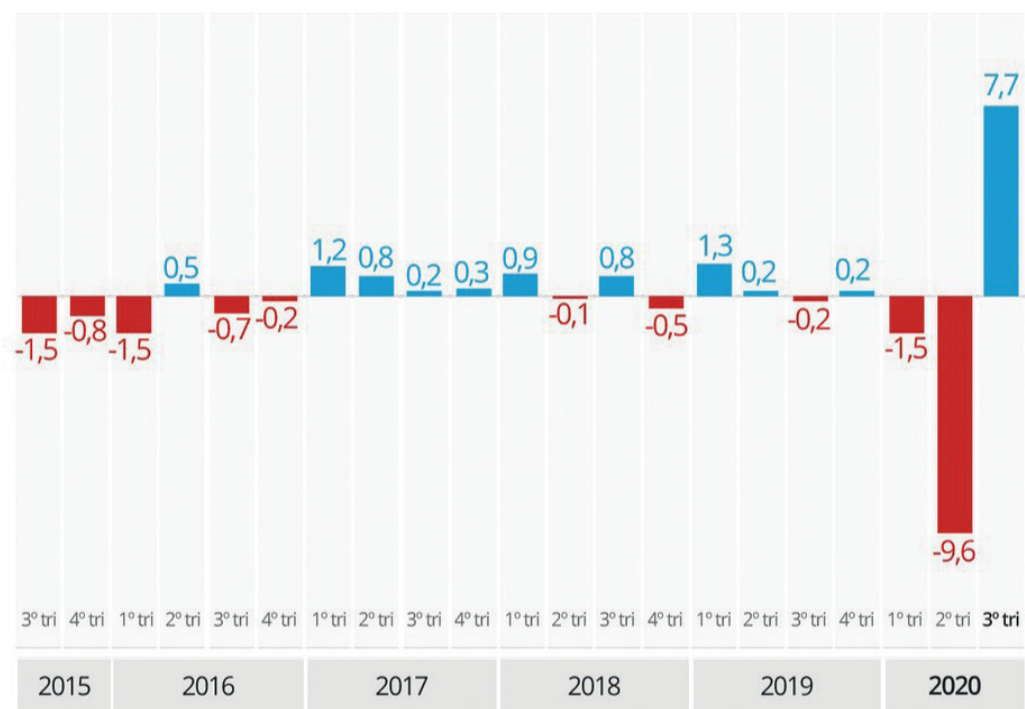


Após PIB do 3º trimestre, governo diz que 'escudo' contra efeitos da pandemia deve ser 'desarmado'

VARIAÇÃO TRIMESTRAL DO PIB BRASILEIRO

Em %, contra o trimestre anterior



Fonte: IBGE

A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia informou nesta quinta-feira (3) que o “escudo de políticas sociais” criado para amenizar os impactos econômicos e sociais da pandemia deve ser “desarmado”.

Segundo a área econômica, o fim de auxílios governamentais abrirá espaço para a agenda de reformas estruturais e medidas de ajuste das contas públicas que, na visão da secretaria, são o “único meio para que a recuperação se mantenha ‘pujante’”.

A avaliação foi divulgada após o anúncio nesta quarta-feira do resultado do Produto Interno Bruto (PIB) do terceiro trimestre, que registrou um crescimento de 7,7% na comparação com os três

meses anteriores. Os dados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com isso, a economia brasileira saiu da chamada “recessão técnica”, caracterizada pelo tombo do PIB por dois trimestres seguidos.

“A forte recuperação da atividade, do emprego formal e do crédito neste semestre pavimentam o caminho para que a economia brasileira continue avançando no primeiro semestre de 2021 sem a necessidade de auxílios governamentais”, avaliou o Ministério da Economia.

Segundo o governo, a retomada da atividade e do emprego registrada nos últimos meses compensará a redução dos auxílios, previstos para terminar em dezembro deste ano.

“Outro fator positivo será a melhora das condições financeiras que continuarão impulsionando a atividade, principalmente com a retomada da agenda de reformas”, acrescentou.

De acordo com o Ministério da Economia, o fraco crescimento do PIB nos últimos anos é uma consequência da baixa produtividade, fruto da má alocação de recursos na economia brasileira.

“Desta forma, o único caminho que poderá gerar a elevação do bem-estar dos brasileiros serão medidas que consolidem o lado fiscal de nossa economia e corrijam a má alocação de recursos, aumentem a produtividade e incentivem a expansão do setor privado”, concluiu.

G1

Economia



Após redução do auxílio, fila do Bolsa Família volta ter 1 milhão

Página - 03

Vendas no comércio paulistano sugerem possível recuperação da economia

Página - 03

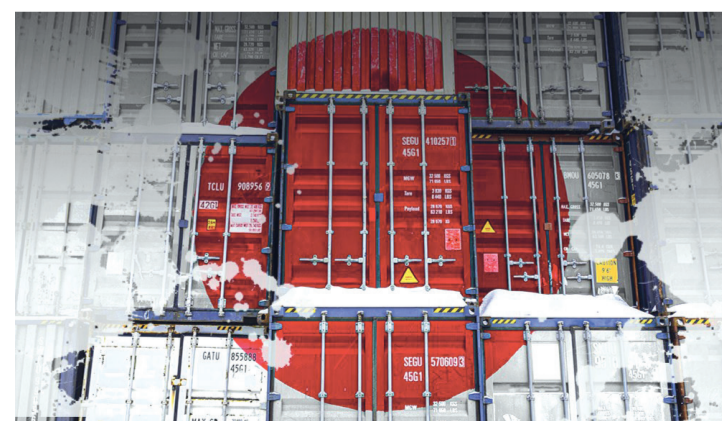
Política



Reeleição de Maia e Alcolumbre tem apoio de quatro ministros do STF

Página - 04

Serviços



Brasil e Japão precisam ser ativos para destravar acordos

Página - 05

No Mundo

Mundo chega à marca de 1,5 milhão de mortos por Covid-19 com recordes diários e à espera da vacina



O mundo chegou ao total de 1,5 milhão de mortos pelo novo coronavírus nesta quinta-feira (3), quase 11 meses após o primeiro óbito oficial notificado, em 11 de janeiro, e cerca de 8 meses depois de a OMS (Organização Mundial da Saúde) declarar que a Covid-19 era uma pandemia, em 11 de março.

O número -1.501.076, de acordo com os dados compilados pela Universidade Johns Hopkins - é maior que o total de mortos por tuberculose em todo o mundo em 2019 (1,4 milhão) ou que toda a população de Recife.

A marca é batida em meio a novos recordes tétricos, mas, ao mesmo tempo, a notícias animadoras relacionadas a uma vacina que

possa pôr fim à pandemia.

Um dia antes, o Reino Unido se tornou a primeira nação do mundo a aprovar o uso em massa de uma vacina seguindo os protocolos usuais de conclusão de testes e divulgação de eficácia. A vacina da farmacêutica americana Pfizer com a empresa de biotecnologia alemã BioNTech, cuja eficácia foi calculada em 95%, estará disponível a partir da próxima semana para a população britânica.

Nesta quarta, porém, a Itália registrou 993 mortes por Covid-19 nas últimas 24 horas, número que superou o recorde anterior de 969 mortes em 27 de março, até então auge da pandemia, segundo anúncio oficial do governo.

E os Estados Unidos, que ocupam o primeiro lugar em

total de mortos, com 274.577, alcançaram um novo e triste recorde: mais de 100 mil pessoas hospitalizadas com Covid-19. É a primeira vez que esse teto é superado no país mais afetado pela pandemia.

O país lidera também em número de casos, com mais de 14 milhões até esta quinta-feira. Em segundo lugar, a Índia registrou 9.534.964 casos.

No Brasil, segundo país com maior número absoluto de mortes, até a última quarta-feira (2) foram registrados 174.531 óbitos, de acordo com os dados do consórcio de veículos de imprensa. Em total de casos, foram registrados, no Brasil, mais de 6,4 milhões, atrás somente dos EUA e da Índia.

Anna Bottalo/Folhapress

Sonda chinesa está a caminho da Terra depois de concluir missão na Lua



A sonda espacial chinesa Chang'e 5 deixou nessa quinta-feira (3) a superfície da Lua e já está retornando à Terra, de acordo com imagens transmitidas pela televisão estatal CCTV.

O módulo espacial, que chegou à Lua na terça-feira (1º), deixou o solo lunar às 23h10 de Pequim (15h10 em Lisboa), sendo esta a primeira tentativa de coleta de amostras da superfície lunar em mais de 40 anos, informou o canal.

UE pede que Reino Unido tome posição em negociação comercial do Brexit

A União Europeia (UE) disse ao Reino Unido, nesta sexta-feira (4), que é hora de decidir que tipo de relacionamento futuro o país quer. Representantes do bloco deram a entender que os negociadores podem fechar um acordo comercial pós-Brexit já no fim de semana.

As negociações não avançaram na noite dessa quinta-feira, a menos de quatro semanas para o Reino Unido finalmente deixar a UE, no dia 31 de dezembro. Isso levou Londres a sinalizar que as chances estão diminuindo.

O primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, que liderou a campanha de desfiliação de 2016 e enfrenta atualmente a maior taxa oficial de mortes de covid-19 da Europa, é quem vai decidir se ele e o Reino Unido ficariam melhores fazendo concessões ou virando as costas.

O negociador-chefe da UE, Michel Barnier, e sua

contrapartida britânica, David Frost, vêm tentando, há semanas, encontrar um meio-termo quanto à pesca, à ajuda estatal e à maneira de resolver qualquer disputa futura.

As conversas estão chegando ao limite. Líderes do bloco podem ter uma reunião separada sobre o Brexit neste mês, mais provavelmente após uma cúpula já agendada para 10 e 11 de dezembro.

O presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, disse que a verdadeira pergunta é: qual o projeto político, econômico e social eles querem para seu próprio futuro, acrescentando que o questionamento é para o governo britânico e o povo britânico".

Michel Barnier, que está em Londres para as conversas, disse que esta sexta-feira é um dia importante.

O Reino Unido saiu formalmente da UE em 31 de janeiro, mas desde então passa por um período de transição.

ABR



Se o regresso à Terra correr bem, a China será o terceiro país a recolher amostras lunares, depois dos Estados Unidos e da antiga União Soviética.

As amostras foram recolhidas na superfície da Lua, com a utilização de um braço robótico, e no subsolo, com uma broca que perfurou dois metros, para obter amostras variadas que podem datar de períodos muito diferentes.

A sonda deve pousar na região da Mongólia Interior, no Norte da

China, no fim deste mês.

Na terça-feira, a Chang'e 5 pousou com sucesso na área ao norte de Mons Rümker, no Oceanus Procellarum, uma área não visitada até agora por astronautas ou missões espaciais.

Trata-se do mais recente empreendimento do programa espacial chinês, que enviou o primeiro astronauta ao espaço em 2003 e que tem uma nave a caminho de Marte. O programa visa, eventualmente, a colocar um homem na Lua.

RTP/ABR

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Após redução do auxílio, fila do Bolsa Família volta ter 1 milhão



Com a redução do valor do auxílio emergencial, a fila de espera para entrar no Bolsa Família subiu. No fim de setembro, ela alcançou o patamar de 1 milhão de cadastros.

A lista, portanto, voltou ao que foi registrado no fim do ano passado, quando, após sucessivos cortes da cobertura e o congelamento do ingresso ao programa, o governo de Jair Bolsonaro (sem partido) deixou 1 milhão de famílias à espera de assistência social.

O Ministério da Cidadania havia suspenso a análise dos requerimentos para acesso ao Bolsa Família durante o pagamento do auxílio emergencial no valor de R\$ 600 por pessoa.

O motivo é que a distribuição do benefício emergencial atendeu a mais pessoas que o programa social.

No fim de setembro, o governo passou a cortar o auxílio para o valor de R\$ 300. O ministério voltou a avaliar cadastros no Bolsa Família.

Segundo dados obtidos pela reportagem, chegou a 999.673 o número de famílias que preencheram os requisitos, mas ainda aguardam para entrar no programa.

A tendência, porém, é a fila subir ainda com o fim do auxílio, previsto para janeiro. A avaliação é de técnicos do governo.

A crise econômica provocada pelo novo coronavírus e a possibilidade de uma segunda onda na pandemia, segundo eles, devem aumentar a pobreza no país.

O orçamento do Bolsa Família foi reforçado para o próximo ano. Os recursos passaram de R\$ 32,5 bilhões em 2020 para R\$ 34,9 bilhões. Mesmo com o aumen-

to, o programa deve começar 2021 já pressionado.

Hoje, são atendidas 14,28 milhões de famílias. A verba prevista para o próximo ano é suficiente para transferir renda para 15,2 milhões de famílias.

Com isso, a fila de 1 milhão de lares, registrada no fim de setembro, já ocupa o espaço a ser aberto pela ampliação do orçamento no próximo ano. Os cadastros aprovados após setembro, então, impactam o Bolsa Família.

Procurado, o Ministério da Cidadania não se manifestou sobre os questionamentos da reportagem.

O programa atende famílias com filhos de 0 a 17 anos e que vivem em situação de extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 89 mensais, e pobreza, com renda de R\$ 89,01 a R\$ 178. O benefício médio foi de R\$ 191,86 até março.

Thiago Resende/Folhapress

Ministro quer aprovação do novo marco regulatório do gás este ano



O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, defendeu sexta (4) a aprovação do novo marco regulatório do gás ainda este ano. Segundo ele, a nova legislação trará mais competitividade ao setor. Albuquerque participou 25º Encontro Anual da Indústria Química 2020, realizado de forma online por conta da pandemia do novo coronavírus.

“É importante votarmos e aprovarmos ainda esse ano o projeto de lei 4.476/2020, que institui o novo marco legal do setor de gás natural do Brasil”, disse. “No mês passado com-

Vendas no comércio paulistano sugerem possível recuperação da economia

As vendas no comércio da cidade de São Paulo cresceram 17,1% em novembro na comparação com o mesmo mês do ano passado. O crescimento significa queda de 5% no movimento do comércio, se for considerado o mês de novembro de 2019, quando não havia a pandemia de covid-19, conforme dados do Balanço de Vendas, indicador da Associação Comercial de São Paulo (ACSP).

Segundo a ACSP a recuperação econômica começou em junho quando as medidas de flexibilização começaram a valer para o comércio paulistano. “Desde então, as perdas foram se diluindo com retrações de 54,9%, 47,7%, 33,6%, 14,6% e 9,2% (junho, julho, agosto, setembro e outubro, respectivamente). Se estes 5% de agora zerarem em dezembro, a economia terá mostrado que há fôlego para um futuro crescimento”, diz a ACSP.

Antes da pandemia, as projeções da associação para este ano eram de crescimento em torno de 3% nas vendas. Com a pandemia, o ano se encerrará com perda de 4,5%, na comparação com o resultado de 2019. “É como se este ano não tivesse existido. Acreditamos que a passagem por 2021 será como se estivéssemos indo ainda para 2020 agora. Crescimento, mesmo, só acreditamos que vá ocorrer em 2022”, afirmou o economista da ACSP, Marcel Solimeo.

Segundo Solimeo, o cenário atual e menos pessimista e novembro pode ser atribuído às vendas e promoções da Black Friday. “Embora não tenhamos ainda um balanço definitivo dessas vendas, as prévias indicam que já podemos considerar o período de promoções como sendo bem-sucedido para o comércio, principalmente, para os varejistas que trabalham com e-commerce”, analisou.

Flávia Albuquerque/Folhapress



pletamos 25 anos da emenda constitucional que pôs fim ao monopólio da Petrobras no setor de petróleo e gás natural e agora é o momento de comemorar, também neste ano, a aprovação do marco legal que permitirá a competição no setor de gás e o aumento da competitividade da indústria nacional”, acrescentou.

O projeto de lei, aprovado no início de setembro pela Câmara dos Deputados, está em tramitação no Senado Federal.

A essência texto aprovado na Câmara, que ainda poderá ser modificado, é a substituição do atual regime de concessão pelo de autori-

zação na atividade de transporte de gás natural. No sistema de concessão, a empresa privada precisa vencer um leilão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para participar do mercado de gás. Já no sistema de autorização, basta que a empresa apresente um projeto para a construção ou ampliação de gasodutos após chamada pública e aguarde a aprovação da ANP.

O projeto acaba também com a exclusividade dos estados na atividade de distribuição de gás natural.

Mariana Tokarnia/ABR

Política

Reeleição de Maia e Alcolumbre tem apoio de quatro ministros do STF



A possibilidade de reeleição dos presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado Federal, Davi Alcolumbre (DEM-AP) já foi admitida por quatro ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) é do PTB. Nela a sigla pede para que seja proibida a recondução dos presidentes das casas legislativas do Congresso. O julgamento ocorre em plenário virtual, no qual os ministros têm um prazo para incluir os votos no sistema, sem votação oral, discussão e sem transmissão pela TV Justiça.

Ainda nesta madrugada o ministro Gilmar Mendes, relator do caso, votou pela

possibilidade de reeleição. No entendimento dele, Maia e Alcolumbre podem se reeleger, mas deve haver uma regra para que seja permitida apenas uma recondução. Neste caso, o ministro votou para que a regra passe a valer a partir da próxima legislatura, em 2023. Até o fechamento desta reportagem, Mendes já havia sido acompanhado pelos ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Ricardo Lewandowski.

Entre os ministros que já votaram, apenas o Nunes Marques acompanhou Gilmar Mendes parcialmente. Novato na Corte ele concordou com a regra de apenas uma reeleição, mas defendeu que a regra deveria ser aplicada desde já, o que impediria a reeleição de Maia e Alco-

lumbre. “Se o presidente da República pode ser reeleito uma única vez – corolário do princípio democrático e republicano – por simetria e dever de integridade, este mesmo limite deve ser aplicado aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal”, justificou Nunes Marques em seu voto.

Enquanto Alcolumbre está no primeiro mandato como presidente do Senado, se eleito, Maia partirá para o terceiro mandato. Ele assumiu a presidência da Casa para um mandato-tampão por seis meses, em 2016, quando Eduardo Cunha renunciou. Em 2017, Maia elegeu-se por dois anos. No ano passado, conseguiu ser reconduzido ao cargo. O mandato termina no começo de 2021. Karine Melo/ABR

Senado aprova ampliação de uso de fundo da aviação civil



O Senado aprovou quinta (3) um Projeto de Lei (PL) que autoriza o uso de recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) para cobrir custos de desapropriações de áreas destinadas à infraestrutura aeroportuária e aeronáutica civil. O projeto será analisado pela Câmara dos Deputados.

A legislação vigente já prevê o uso do FNAC no desenvolvimento e fomento do setor, em reformas e modernizações das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, além da reestruturação

Acordo entre Doria e vice embaralha disputa em São Paulo em 2022

A eleição municipal de 2020 acabou e João Doria (PSDB) não é candidato à reeleição em 2022. Com o resultado do pleito local e a informação sobre o futuro do governador, dirigentes e líderes partidários já começam a vislumbrar a disputa para o Governo do Estado de São Paulo, levando em conta que o vice-governador Rodrigo Garcia (DEM) é personagem central.

Na esquerda há um certo vácuo de nomes, enquanto a direita bolsonarista enfrenta o desafio da falta do partido. Outros campos apostam em figuras já conhecidas do paulista, como Márcio França (PSB) e Major Olímpio (PSL).

Mas o principal imbróglio se dá no autodenominado centro democrático, que reúne PSDB, DEM e MDB – e que estruturou a coligação de 11 partidos que acaba de reeleger Bruno Covas (PSDB) para a Prefeitura de São Paulo.

Como Doria mira o Planalto, o caminho está aberto

para o vice. Na prática, hoje Garcia já funciona como uma espécie de gerente da gestão Doria. Procurado pela reportagem, o vice preferiu não comentar.

Segundo aliados de Garcia e de Doria, há um acordo de apoio mútuo entre os dois. O pacto, porém, tem dois empecilhos pela frente – minimizados por parte dos tucanos.

O primeiro é que, para apoiar a candidatura de Garcia, mesmo que a chapa contenha um vice do PSDB, os tucanos terão que abrir mão de ter candidatura própria no estado que governam há 25 anos (com duas breves interrupções).

Para o prefeito reeleito de Ribeirão Preto, Duarte Nogueira (PSDB), as articulações sobre 2022 ainda estão para serem feitas e dependem do quadro nacional. “Pelo que eu conheço, dificilmente o partido vai abrir mão de candidatura própria, mas claro que tudo é possível”, diz.

Carolina Linhares/Folhapress



de aeroportos concedidos. Mas não existe nada na lei atual que autorize o uso do fundo em desapropriações ou, ao menos, garanta ao gestor liberdade para fazê-lo sem sofrer sanções posteriores.

Segundo justificativa do projeto, um dos grandes entraves para a ampliação de aeroportos é a indisponibilidade de área. A solução para isso, via de regra, passa pela desapropriação, processo que traz problemas jurídicos, mas também econômicos, geralmente pela falta de recursos destinados a este fim.

“[...] é importante que haja explicitação, no texto da lei, de que os recursos do FNAC poderão ser utilizados para cobrir custos de desapropriações em áreas de ampliação aeroportuária”, destacou o relator, Esperidião Amin (PP-SC). “A medida contribuirá para facilitar a ampliação de aeroportos ao disponibilizar recursos para tal fim, especialmente neste momento em que o fundo recebe vultosos aportes em razão das últimas rodadas de concessões realizadas pelo Governo Federal”, acrescentou, em seu parecer.

Marcelo Brandão/ABR

Serviços, maior setor da economia, ensaia retomada



A letargia que tomou conta do setor de serviços no segundo trimestre deste ano parece coisa do passado. No terceiro trimestre, o arrefecimento do contágio pelo novo coronavírus e as medidas de contingência adotadas fizeram com que esse mercado avançasse 6,3% em relação ao segundo trimestre do ano, quando registrara déficit de 5,9%. Apesar do crescimento significativo, o volume ainda é inferior ao alcançado pelo Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no período (7,7%). No acumulado do ano, o setor de serviços apresenta queda de 5,3%, o que suscita que a retomada ainda é lenta perante os demais segmentos.

Sector de maior peso na economia brasileira, os ser-

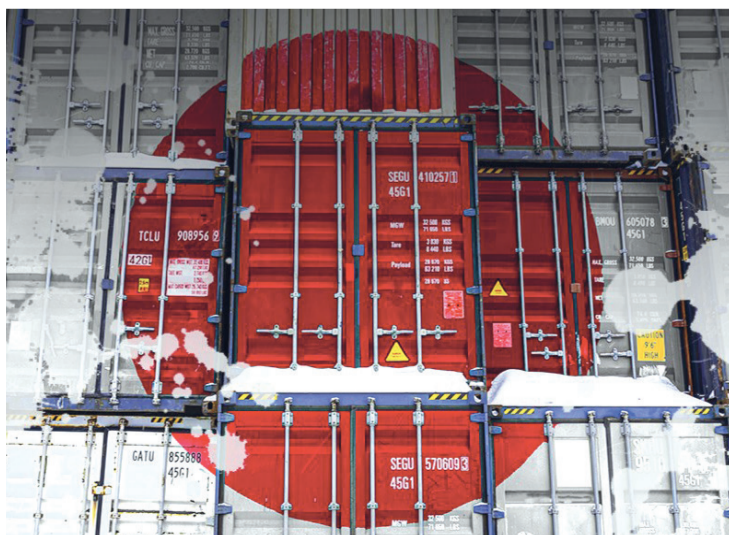
viços, sob a ótica adotada pelo IBGE, é um mundo à parte. As atividades são completamente destoantes umas das outras. O bom é que, no terceiro trimestre, todas avançaram frente ao período anterior. O segmento de “comércio”, por exemplo, havia tido uma queda acachapante de 13% no segundo trimestre, mas cresceu 15,9% de julho a setembro; já o mercado de “transporte, armazenagem e correio” avançou 12,5% frente ao trimestre anterior, na esteira do comércio eletrônico; o item “atividades imobiliárias” cresceu 1,1% no período; e “atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados” obteve alta de 1,5%.

Nota-se que as atividades mais impactadas pela pandemia de Covid-19 foram as

que sustentaram o avanço no período. Com o declínio no número de casos da enfermidade de julho a setembro, o brasileiro ganhou as ruas e foi às compras, o que fortaleceu o avanço dos segmentos de “comércio” e “transporte, armazenagem e correio”. No período de passagem, o segundo trimestre, esses mercados sucumbiram diante das medidas de isolamento social e da consequente diminuição na circulação de pedestres nas ruas. Para o quarto trimestre, no entanto, uma dúvida de economistas e especialistas de mercado é se o repique do vírus, o aumento das medidas de contenção por parte de alguns estados e a redução do valor do auxílio emergencial pressionarão essa retomada do setor.

Veja

Brasil e Japão precisam ser ativos para destravar acordos



Brasil e Japão são parceiros comerciais e de investimentos de longa data, mas têm visto a sua corrente de comércio cair nos últimos anos. A necessidade de retomada do crescimento no pós-crise da pandemia do novo coronavírus traz a oportunidade de os países avançarem nas negociações de seus acordos. Mas os governos brasileiro e japonês precisam, mais do que nunca, ser ativos para destravar essa agenda, sobretudo com a negociação de um acordo comercial.

O Japão foi o sexto principal parceiro comercial brasileiro em 2019, com uma corrente de comércio de US\$ 9,5 bilhões. Esse valor, no entanto, ficava em média acima

Produção industrial cresce 1,1% em outubro, mas ainda acumula queda no ano

A produção industrial brasileira cresceu 1,1% em outubro, na comparação com setembro, segundo divulgou nesta quarta-feira (2) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o setor cravando a sexta alta seguida mas mostrando desaceleração no ritmo de recuperação.

Em relação a outubro de 2019, avançou 0,3%, após crescer 3,7% em setembro, quando interrompeu 10 meses de resultados negativos seguidos nessa comparação.

Com o avanço de 39% em seis meses, o setor está agora 1,4% acima do patamar de fevereiro, quando a pandemia de coronavírus ainda não havia afetado a produção do país. Em setembro, a indústria já tinha conseguido recuperar o patamar pré-crise.

“Mesmo com o desempenho positivo nos últimos meses, o setor industrial ainda se encontra 14,9% abaixo do nível recorde alcançado

em maio de 2011”, destacou o IBGE.

O IBGE revisou os dados da indústria dos dois meses anteriores. A alta de agosto foi de 3,4%, pouco abaixo do divulgado anteriormente, que foi de 3,6%. Já a alta de setembro foi revisada para cima, de 2,6% para 2,8%.

Os dados de outubro ficaram abaixo das expectativas em pesquisa da Reuters, de aumentos de 1,4% na comparação mensal e de 1,0% na base anual.

No acumulado no ano, porém, o setor ainda acumula queda de 6,3%. Em 12 meses, a perda é de 5,6%, ligeiramente maior do que a acumulada nos 12 meses até setembro (-5,5%).

A baixa no ano tem sido puxada principalmente pela menor produção de veículos automotores, reboques e carrocerias (-34,4%), confecção de artigos do vestuário e acessórios (-29,1%), metalurgia (-11,2%), e máquinas e equipamentos (-9,4%).



de US\$ 15 bilhões por ano até 2013, quando começou a declinar. O Japão também é o quinto maior investidor estrangeiro no Brasil, em grande parte no setor automotivo e seus componentes, mas o Brasil ocupa a 24ª posição entre os investimentos estrangeiros no Japão.

O diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Carlos Eduardo Abijaodi, explica que os dois países discutem há anos a possibilidade de iniciar a negociação de seu acordo comercial, o Acordo de Parceria Econômica (EPA, em inglês) entre o Mercosul e o Japão.

Além de liberalizar o comércio de bens e serviços e remover barreiras aos

investimentos, esse tratado deve estabelecer regras sobre questões como o comércio eletrônico e novos marcos legais. Estudo da CNI mostra que o setor privado brasileiro, especificamente, tem interesse em ampliar as exportações de 270 produtos para o Japão. Para 41% deles, o Japão aplica atualmente algum tipo de tarifa, sobretudo nos de origem agropecuária.

“O nosso grande desafio é fazer o nosso fluxo de comércio voltar a crescer. O Japão é uma economia muito desenvolvida, então tem capacidade de comprar nossos produtos, e nós precisamos trabalhar para atrair o capital japonês”, afirma Abijaodi.

Portal da Indústria

Publicidade Legal

Poupança bate recorde em depósitos, mas saques fazem captação despencar 80% em novembro



Com a flexibilização do distanciamento social e o aumento do consumo, a diferença entre depósitos e saques na caderneta de poupança foi de R\$ 1,4 bilhão em novembro, queda de 80% em relação ao mês anterior, segundo dados divulgados pelo BC (Banco Central) nesta sexta-feira (4). Este é o menor valor desde a chegada do novo coronavírus ao Brasil e cinco vezes menor que o registrado em outubro, de R\$ 7 bilhões, que já tinha sido abaixo dos meses anteriores.

Embora os depósitos em poupança tenham batido recorde em novembro, com R\$ 297 bilhões, os brasileiros sacaram da caderneta o maior volume da história, R\$ 295 bilhões. Com isso, a captação líquida (diferença entre entra-

das e retiradas), que vinha registrando seus maiores níveis desde o início da pandemia, voltou aos patamares observados antes da crise sanitária.

Na comparação com o mesmo mês do ano passado, quando a captação líquida foi de R\$ 2,4 bilhões, o valor é 41% menor.

No ápice da crise, em abril, a captação líquida da poupança bateu recorde, com R\$ 30,4 bilhões. O resultado foi superado em maio, com R\$ 37,2 bilhões, o maior da série histórica até agora, iniciada em janeiro de 1995.

Com a flexibilização do isolamento social e a reabertura dos comércios, as pessoas voltaram a consumir e, por isso, sacaram mais recursos da poupança, o que contribuiu para a queda da captação líquida.

Benefícios do governo, como saque do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), e o auxílio emergencial, podem explicar o movimento de alta nos depósitos durante a pandemia, já que são pagos por meio de conta-poupança digitais da Caixa Econômica Federal.

Em setembro, a parcela do benefício pago pelo governo aos mais pobres foi reduzida de R\$ 600 para R\$ 300.

Mesmo com a queda na captação líquida, o resultado foi positivo (com maior valor em depósitos que em saques). Por isso, o saldo permaneceu em crescimento e ficou acima de R\$ 1 trilhão. O estoque total aplicado na modalidade alcançou a marca pela primeira vez na história em setembro.

Larissa Garcia/Folhapress

Petróleo fecha em alta, com apetite por risco e ainda com Opep+ no radar



Os contratos futuros de petróleo fecharam com ganhos, nesta sexta-feira, 4, com investidores em geral propensos a assumir riscos, diante do maior otimismo com a chance de novos estímulos fiscais nos Estados Unidos. Além disso, o acordo revisado da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+), anunciado quinta continuava a ser avaliado.

O petróleo WTI para janeiro fechou em alta de 1,36%, em US\$ 46,26 o barril, na New York Mercantile Exchange (Nymex), e o Brent para fevereiro avançou 1,11%, a US\$ 49,25 o barril, na Intercontinental Exchange

Central de Registro de Direitos Creditórios S.A.
CNPJ nº 20.087.479/0001-52 - NIRE 35.300.464.672
Edital de convocação de Assembleia Geral Extraordinária - Adiamento

Considerando novo pedido de adiamento da "AGE" inicialmente convocada para 11.11.2020 e adiada, a pedido de acionista, para 30.11.2020, às 10.00h, desta feita apresentado pela acionista Ivan Pompeu Lopes em 18.11.2020 e de pronto acatado, e respeitado o disposto no Artigo 124, § 1º, I da Lei nº 6.404/1976, fica novamente adiada e resta desde logo novamente convocada AGE da "Companhia", a realizar-se no dia 15.12.2020, às 11:30h, **por meio exclusivamente digital**, com o uso do sistema de videoconferência Zoom - conforme detalhes de conexão que serão encaminhados, por "e-mail", a cada Acionista que confirmar seu interesse em participar do conclave por meio de mensagem de "e-mail" encaminhada ao endereço msampaio@acsp.com.br até 48 horas antes do horário da AGE, em 1ª convocação, para discutir e deliberar a respeito da ordem do dia: **1.** Concessão de autorização para que a Companhia possa firmar Contrato de Locação com sua controladora, a Associação Comercial de São Paulo ("ACSP"), regulando a ocupação e utilização pela Companhia, para ali instalar sua sede, espaço no 4º andar do prédio na Rua Boa Vista nº 51, Centro, São Paulo/SP; **2.** Em caso de aprovação da deliberação contida no item anterior, alteração do endereço da sede da Companhia, para o endereço ali indicado; **3.** Concessão de autorização para que a Companhia possa firmar: (i) com a Federação das Associações Comerciais de São Paulo ("FACESP"), contrato que regule a parceria entre ambas para oferecimento pela FACESP aos associados das Associações Comerciais a esta vinculadas - mas dessa parceria expressamente excluída a ACSP e os associados desta - dos serviços prestados pela Companhia; e (ii) com a Confederação das Associações Comerciais do Brasil ("CACB"), contrato que regule a parceria entre ambas para oferecimento pela CACB aos associados das Associações Comerciais ligadas às Federações vinculadas à CACB - mas dessa parceria expressamente excluída a FACESP e os associados das Associações Comerciais a esta vinculadas - dos serviços prestados pela Companhia; **4.** Concessão de autorização para que a Companhia possa firmar contrato com sua controladora, a ACSP, para contratação de suporte da área de marketing desta, com o objetivo de impulsionar a divulgação dos serviços oferecidos ao mercado; **5.** Nos termos do Artigo 6º, item (ii), e Artigo 26 e seus parágrafos, todos do Estatuto Social: (i) instalação de Conselho Fiscal da Companhia e eleição de seus membros; (ii) fixação da remuneração, de forma global ou individualizada, dos membros do Conselho Fiscal; e (iii) aprovação de Regimento Interno do Conselho Fiscal; e **6.** Recomposição do Conselho de Administração. Ficam os Acionistas da Companhia identificados (inclusive para fins de atendimento ao quanto disposto na Seção VIII do Capítulo II do Manual de Registro da Sociedade Anônima que compõe o Anexo V da IN DREI nº 81/2020) de que: **1.** Cópia dos seguintes documentos, relacionados às deliberações especificadas nos itens (1) a (5) da ordem do dia retro identificada, se encontram à disposição de todos os Acionistas, podendo, a pedido destes, ser encaminhados por "e-mail" destinado ao endereço de cada um identificados nos cadastros: (i) resumo das condições da locação de espaço oferecida pela ACSP para a Companhia, com especificação de valor do aluguel, prazo e demais condições da locação; (ii) cópia de manifestação do proprietário do imóvel atualmente locado pela Companhia, a respeito da impossibilidade de revisão/redução do aluguel atualmente pago pela companhia; (iii) cópia de levantamentos realizados pela Diretoria da Companhia a respeito de valores praticados para o aluguel de espaços disponíveis na mesma região em que atualmente se encontra a sede da Companhia e, também, na região em que se encontra o imóvel ofertado para locação pela ACSP, para fins de comparação e decisão dos Acionistas; (iv) resumo, elaborado pela Diretoria, das condições comerciais propostas para negociação e, se aprovado pela Assembleia, assinatura de contratos com a FACESP e com a CACB; (v) resumo das condições oferecidas pela ACSP para a Companhia, com especificação de valores e demais condições aplicáveis à contratação de suporte da área de marketing da ACSP; e (vi) minuta de Regimento Interno do Conselho Fiscal; **2.** Apenas e especificamente aos Acionistas que, até 48 horas antes do horário estipulado para realização da AGE, enviarem mensagem de "e-mail" ao endereço msampaio@acsp.com.br confirmando seu interesse em participar e votar no conclave será disponibilizado, com ao menos 12 horas de antecedência em relação ao horário do conclave, convite para participação e exercício de seu direito de voto em referida AGE, em formato exclusivamente digital, por meio da plataforma Zoom, com informações de "log in" e senha para acesso, participação e declaração de seus votos, sendo certo que tal participação e exercício de direito de voto, por cada Acionista presente, durante a AGE, se dará através de manifestação verbal expressa de cada acionista com o uso dos recursos de microfone e câmera disponibilizados pela plataforma Zoom, por meio da qual será realizada a AGE; **3.** Caso qualquer Acionista deseje se fazer representar por procurador(a) na AGE, sempre observadas as disposições legais aplicáveis para conferir validade à(s) procuração(s), este deverá encaminhar à Companhia, juntamente com a mensagem de "e-mail" referida no item 2 precedente, cópia digitalizada do respectivo instrumento de mandato, que poderá ser outorgado por instrumento público ou particular, dispensado o reconhecimento de firmas; **4.** Em vista do número reduzido de Acionistas, da manutenção de cadastros atualizados pela Companhia em relação a seus Acionistas e do compromisso destes de comunicar à Companhia qualquer alteração em relação à sua representação legal, notadamente no caso de Acionistas pessoas jurídicas, fica dispensada a apresentação de quaisquer documentos societários ou de identificação dos representantes legais já cadastrados e identificados em atos societários anteriores da Companhia, devendo novos documentos dos Acionistas serem apresentados, apenas e tão somente, caso qualquer destes deseje realizar atualização de seu cadastro junto à Companhia ou no caso de representação por procuração, tratado no item 3 precedente; **5.** É de responsabilidade exclusiva de cada Acionista a utilização de equipamento de informática e de conexão à Internet que possibilitem sua participação na AGE de forma exclusivamente digital durante toda a duração da AGE, nos termos da legislação e da regulamentação aplicáveis; e **6.** Os Acionistas que tomarem parte na AGE nos termos retro estabelecidos serão considerados presentes ao conclave e assinantes da respectiva lista de presenças, bastando, para validade e registro da Ata da AGE as assinaturas de seu Presidente e de sua/ seu Secretária(o), que também serão os únicos a assinar os respectivos Livros em que se fizer qualquer registro relacionado à AGE, nos termos da legislação e da regulamentação aplicáveis. **Luiz Roberto Gonçalves** - Presidente do Conselho de Administração. (05, 08 e 09/12/2020)

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Para a versão online do jornal acesse nosso site:

www.datamercantil.com.br

(ICE). Na comparação semanal, o contrato do WTI subiu 1,60%.

A presidente da Câmara dos Representantes, Nancy Pelosi, voltou a mostrar otimismo sobre as negociações por mais estímulos, durante entrevista coletiva, enquanto o governo do presidente Donald Trump também sinalizou apoio a medidas para apoiar o quadro, diante dos impactos ainda duros da covid-19, que continua com números elevados de casos e mortes nos EUA.

No próprio setor, ontem a Opep+ anunciou alta de 500 mil barris por dia (bpd) em sua produção a partir de janeiro. O Credit Suisse lembrou

em relatório que a estimativa anterior do próprio grupo era de um avanço bem maior da produção nesse período. Além disso, o banco notou que a Opep+ mostrou estar disposta a ser mais flexível, com reuniões mensais para ajustar a produção a depender dos rumos do mercado.

Para a consultoria Wood Mackenzie, a decisão mostrou um compromisso para evitar nova "guerra dos preços", como ocorreu em março e abril. A consultoria diz que, com o acordo, o Brent deve ter um piso de US\$ 40 o barril e ficar em média "pelo menos em US\$ 45 em média" no próximo mês.

IstoéDinheiro

Luz de Pederneiras SPE S.A.

(Em constituição)

Assembleia Geral de Constituição

I. Data, Hora e Local: 17/09/2020 às 10h00, em sua sede social na Rua Santos Dumont, Oeste 299, Sala 05, Pederneiras-SP. **II. Convocação e Presença:** Dispensada face à presença de acionistas detentores da totalidade das ações da Companhia. **III. Mesa:** Srs. Orlando Fregolente, Presidente; e Cláudio Zopone, Secretário. **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a constituição da sociedade anônima denominada Luz de Pederneiras SPE S.A.; (ii) a subscrição de ações e integralização do capital social subscrito; (iii) a aprovação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) a eleição da Diretoria da Companhia. **V. Deliberações aprovadas por unanimidade de votos:** (i) a constituição da sociedade anônima denominada Luz de Pederneiras SPE S.A.; (ii) a subscrição de ações de emissão da Companhia pelos acionistas fundadores, no total de 3.437.931 ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada, ficando o capital social fixado no importe de R\$ 3.437.931,00. **Acionista Subscritor:** Zopone Engenharia e Comércio Ltda.; **Ações Subscritas:** 1.633.017; **Porcentagem:** 47,50%. **Acionista Subscritor:** Mazza Fregolente & Cia – Eletricidade e Construções Ltda.; **Ações Subscritas:** 171.897; **Porcentagem:** 5,00%. **Total: Ações Subscritas: 3.437.931; Porcentagem: 100%.** Os acionistas fundadores integralizaram, neste ato, a totalidade das ações por eles subscritas, na forma prevista nos respectivos Boletins de Subscrição, que passam a integrar a presente ata para todos os fins de direito como Anexo I. O secretário então leu os comprovantes de depósito das ações integralizadas em moeda corrente nesta data, cuja cópia passa a integrar a presente ata para todos os fins de direito como Anexo II; (iii) a redação do Estatuto Social, cujo teor foi lido pelo secretário e discutido pelos acionistas fundadores, e o qual integra a presente ata para todos os fins de direito como Anexo III; (iv) a eleição dos seguintes Diretores da Companhia: (a) Orlando Fregolente, portador do RG nº 4.734.835-5, SSP/SP, CPF/ME nº 793.027.428-49, para o cargo de Diretor Presidente; (b) Cláudio Zopone, portador do RG nº 14.808.391, SSP/SP, CPF/ME nº 131.114.538-98, para o cargo de Diretor Administrativo; e (c) Paulo Roberto Ferreira de Melo, portador do RG nº 34.933.542-4, SSP/SP, CPF/ME nº 301.562.278-19, para o cargo de Diretor sem Designação Específica; todos para um mandato de 03 anos, permitida a reeleição. Os Diretores ora eleitos tomarão posse mediante assinatura do competente termo de posse no livro de atas da Diretoria e das Declarações de Desimpedimento, cujas cópias ficarão arquivadas na sede da Companhia para todos os fins. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Acionistas Presentes: Mazza Fregolente & Cia – Eletricidade e Construções Ltda. (p.p. Orlando Fregolente), Zopone Engenharia e Comércio Ltda. (p.p. Cláudio Zopone) e SUM-IP Serviços de Infraestrutura Ltda. (p.p. André Luis Moraes). **Mesa:** Orlando Fregolente, Presidente e Cláudio Zopone, Secretário. Visto da Advogada: Natasha Midori Hinata OAB/SP nº 323.923. **Anexo II. Estatuto Social. Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º.** A Companhia tem a denominação de Luz de Pederneiras SPE S.A. e será regida pelo presente Estatuto Social (“Estatuto”) e pelas disposições legais aplicáveis (“Companhia”). **Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede social e foro na Rua Santos Dumont, Oeste 299, Sala 05, Pederneiras-SP. **Artigo 3º.** A Companhia poderá abrir ou encerrar filiais, agências ou escritórios em qualquer ponto do território nacional e no exterior. **Artigo 4º.** A Companhia tem por objeto social o fim específico e exclusivo explorar, desenvolver, executar e cumprir com o objeto do Contrato de Concessão objeto do Edital de Concorrência Pública nº 03/2019 promovido pela Prefeitura do Município de Pederneiras-SP, consubstanciado na concessão administrativa para a modernização, expansão, operação e manutenção do Sistema de Iluminação Pública do Município de Pederneiras-SP (“Contrato de Concessão”). **Artigo 5º.** A Companhia tem prazo de duração determinado, vinculado à consecução de seu objeto social, caracterizado pela vigência do Contrato de Concessão, inicialmente fixado em 23 anos, sendo possível sua prorrogação, nos termos do Contrato de Concessão. **Capítulo II – Capital Social. Artigo 5º.** O capital social da Companhia é de R\$ 3.437.931,00 representado por 3.437.931 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Capítulo III – Assembleia Geral. Artigo 6º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 primeiros meses subsequentes ao término do exercício social, nos termos da Lei, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Artigo 7º.** A Assembleia Geral será convocada por qualquer Diretor ou pelas pessoas autorizadas por lei, sendo seus trabalhos instalados e dirigidos por mesa composta por presidente e secretário escolhidos entre os Acionistas presentes. **§ Único.** Será considerada regular aquela Assembleia à qual comparecerem todos os Acionistas, hipótese em que a convocação prévia será dispensada. **Artigo 8º.** As deliberações sociais serão tomadas, em regra, por acionistas que representem 95% das ações de emissão da Companhia com direito a voto, exceto nos casos em que o presente Estatuto, a legislação em vigor ou o Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia estabeleçam quórum qualificado. **Artigo 9º.** Em caso de intervenção da concessão objeto do Contrato de Concessão pela Prefeitura do Município de Pederneiras-SP, nos termos do artigo 31 e seguintes da Lei Federal 8.987, de 13/02/1995, toda e qualquer deliberação quanto à atuação da Companhia serão delegadas ao interventor indicado pelo poder concedente, nos termos do competente decreto que a determinar. **Capítulo IV – Administração Social. Artigo 10º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por até 03 Diretores, sendo 01 Diretor Presidente, 01 Diretor Administrativo e 01 Diretor sem Designação Específica, acionistas ou não, residentes no País, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, para um mandato de 03 anos, que se estenderá até a investidura dos novos diretores eleitos, permitida a reeleição. **§ Único.** Os diretores deverão exercer suas respectivas atribuições sempre no sentido de observar os princípios adotados neste Estatuto, bem como de zelar pela fiel observância das normas legais, regulamentares e contratuais pertinentes às atividades da Companhia e de suas subsidiárias. **Artigo 11º.** A investidura dos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo diretor empossado, dispensada qualquer garantia de gestão. **Artigo 12º.** O Diretor Presidente e o Diretor Administrativo têm todos os poderes para, sempre em conjunto, observados os limites previstos neste Estatuto Social, praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, incluindo, mas não se limitando a, representação da Companhia ativa e passivamente, tanto em juízo como fora dele, perante todas as repartições públicas federais, estaduais e municipais e autárquicas. **§ Único.** As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia por 2 Diretores, em conjunto, e indicarão poderes específicos e prazo de validade determinado, exceto pelas procurações *ad iudicia*, que podem ter prazo de duração indeterminado. **Capítulo V – Cessão e Transferência de Ações. Artigo 13º.** A transferência de ações representando o controle da Companhia está condicionada às disposições específicas do Contrato de Concessão, e da legislação aplicável, em especial autorização expressa da Prefeitura do Município de Pederneiras-SP. **Capítulo VI – Exercício Social e Destinação dos Lucros. Artigo 14º.** O exercício social coincidirá com o ano civil, levantando-se em 31 de dezembro de cada ano o balanço geral e demais demonstrações financeiras exigidas por lei. **Artigo 15º.** Do lucro líquido apurado da demonstração de resultado do exercício, observadas as regras gerais no tocante às reservas legais e estatutárias, 5% serão obrigatoriamente distribuídos aos Acionistas, a título de dividendo obrigatório, na proporção das ações por eles detidas. **§ 1º.** A destinação do lucro líquido apurado em cada exercício será determinada pela Assembleia Geral, observada a política de dividendos da Companhia. **§ 2º.** A Companhia poderá levantar relatórios financeiros e balanços intermediários preparados com propósitos fiscais ou para distribuição de dividendos intermediários ou intercareares, podendo haver, inclusive, pagamento de juros sobre o capital próprio aos Acionistas. **Capítulo VII – Liquidação. Artigo 16º.** A Companhia será dissolvida nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, e a sua liquidação será processada de acordo com o estabelecido na Lei de S.A. **Artigo 17º.** Quaisquer controversas ou disputas oriundas do presente Estatuto Social serão submetidas ao foro da Comarca de Pederneiras-SP, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.558.189 em 23/10/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Tekno S.A. – Indústria e Comércio

CNPJ/MF nº 33.467.572-0001-34 – NIRE 35.300.007.514

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de setembro de 2020

Local e data: Aos 10/09/2020, às 14:30 horas, sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 4º, § 2º, inciso I e artigo 21-C, §§ 2º e 3º da Instrução CVM nº 481, de 17/12/2009 (“IN CVM 481”), através da plataforma digital Zoom. **Presença:** Compareceram acionistas, representando mais de 2/3 do Capital com direito a voto. **Mesa:** Presidente: Fernando Antonio Albino de Oliveira; Secretária: Fabia Roberta Sanguini. **Convocação:** O Edital de Convocação foi publicado nos dias 07, 08 e 11/08/2020, nos jornais DOE-SP, e no Data Mercantil. **Ordem do Dia:** I) Eleição de 01 membro ao Conselho de Administração, como representante dos acionistas minoritários ordinários, nos termos do inciso I, § 4º, do artigo 141, da Lei 6.404/76, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2022. **Deliberações:** Foi eleita ao Conselho de Administração da Companhia, pelos acionistas minoritários ordinários, conforme inciso I, § 4º, do artigo 141 da Lei 6.404/76, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2022, a Srª. Flávia de Almeida Borges, RG nº 107.884.595-IFPRJ, CPF nº 078.960.147-85, em substituição ao conselheiro Dilio Sergio Penedo, RG nº 32.173.450-6/SSP-SP, CPF(MF) nº 024.211.787-20, que renunciou ao cargo ao qual foi eleito em votação em separado, representando os titulares de ações ordinárias, conforme inciso I, § 4º, do artigo 141 da Lei 6.404/76, na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29/04/2019. A conselheira será empossada mediante assinatura do termo de posse e da declaração de desimpedimento, os quais serão devidamente arquivados na sede da companhia. Foram também aprovadas por unanimidade de votos: 1) Publicação da Ata desta Assembleia com omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do § 2º do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76. 2) Lavratura da ata na forma de sumário, em conformidade com o § 1º do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76. 3) Assinatura da ata pelos presentes, eletronicamente, pela ferramenta Docsign. Assinaturas: Mesa: **Fernando Antônio Albino de Oliveira** – Presidente; **Fabia Roberta Sanguini** – Secretária. JUCESP – Certifico o registro sob o nº 516.452/20-4 em 01/12/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Dólar tem viés de baixa, sem impulso em dia de payroll, e libra cai com Brexit

O dólar não mostrou muito impulso ante outras moedas principais, em quadro em geral de apetite por risco diante da possibilidade de mais estímulos econômicos nos Estados Unidos. A divisa ainda teve reação tímida ao relatório de empregos (payroll) de novembro, com números inferiores ao esperado pelos analistas, enquanto a libra ficou sob pressão após a União Europeia informar que ainda não há acordo com o

Luz de Franco da Rocha SPE S.A.

(Em constituição)

Assembleia Geral de Constituição

I. Data, Hora e Local: 02/10/2020 às 10 horas, em sua sede social na Avenida Liberdade, 171, Sala 09, Franco da Rocha-SP. **II. Convocação e Presença:** Dispensada face à presença de acionistas detentores da totalidade das ações da Companhia. **III. Mesa:** Srs. Cláudio Zopone, Presidente; e Orlando Fregolente, Secretário. **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a constituição da sociedade anônima denominada Luz de Franco da Rocha SPE S.A.; (ii) a subscrição de ações e integralização do capital social subscrito; (iii) a aprovação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) a eleição da Diretoria da Companhia. **V. Deliberações aprovadas por unanimidade de votos:** (i) a constituição da sociedade denominada Luz de Franco da Rocha SPE S.A.; (ii) a subscrição de ações de emissão da Companhia pelos acionistas fundadores, no total de 4.071.869 ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada, ficando o capital social fixado no importe de R\$ 4.071.869,00. **Nome:** Zopone Engenharia e Comércio Ltda.; **Ações Subscritas:** 1.832.341; **Porcentagem:** 45%. **Nome:** Mazza Fregolente & Cia – Eletricidade e Construções Ltda.; **Ações Subscritas:** 1.832.341; **Porcentagem:** 45%. **Nome:** SUM-IP Serviços de Infraestrutura Ltda.; **Ações Subscritas:** 407.187; **Porcentagem:** 10%. **Total das Ações Subscritas: 4.071.869; Total de Porcentagem: 100%.** Os acionistas fundadores integralizaram, nesta data, 100% das ações por eles subscritas, na forma prevista nos respectivos Boletins de Subscrição, que passam a integrar a presente ata como Anexo I. O secretário então leu os comprovantes de depósito das ações integralizadas em moeda corrente nesta data, cuja cópia passa a integrar a presente ata para todos os fins de direito como Anexo II; (iii) a redação do Estatuto Social, cujo teor foi lido pelo secretário e discutido pelos acionistas fundadores, e o qual integra a presente ata para todos os fins de direito como Anexo III; (iv) a eleição dos seguintes Diretores da Companhia: (a) Cláudio Zopone, portador da cédula de identidade RG nº 14.808.391, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob o nº 131.114.538-98, para o cargo de Diretor Presidente; (b) Orlando Fregolente, portador da cédula de identidade RG nº 4.734.835-5, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 793.027.428-49, para o cargo de Diretor Administrativo; e (c) André Luis Moraes, portador da cédula de identidade RG nº 20.362.943-7, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 170.615.618-90, para o cargo de Diretor sem Designação Específica; todos para um mandato de 03 anos, permitida a reeleição. Os Diretores ora eleitos tomarão posse mediante assinatura do competente termo de posse no livro de atas de Diretoria e das Declarações de Desimpedimento, cujas cópias ficarão arquivadas na sede da Companhia para todos os fins. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. Assinaturas: **Acionistas Presentes:** Zopone Engenharia e Comércio Ltda. (p.p. Cláudio Zopone), Mazza Fregolente & Cia – Eletricidade e Construções Ltda. (p.p. Orlando Fregolente) e SUM-IP Serviços de Infraestrutura Ltda. (p.p. André Luis Moraes). **Mesa:** Cláudio Zopone, Presidente; e Orlando Fregolente, Secretário. Visto da Advogada: Natasha Midori Hinata OAB/SP nº 323.923. **Anexo II. Estatuto Social. Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º.** A Companhia tem a denominação de Luz de Franco da Rocha SPE S.A. e será regida pelo presente Estatuto Social (“Estatuto”) e pelas disposições legais aplicáveis (“Companhia”). **Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede social e foro no Município de Franco da Rocha, Estado de São Paulo, na Avenida Liberdade, 171, Sala 09, Centro, CEP 07850-325. **§ Único.** Mediante deliberação da Diretoria, a Companhia poderá abrir ou encerrar filiais, agências ou escritórios em qualquer ponto do território nacional e no exterior. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social o fim específico e exclusivo explorar, desenvolver, executar e cumprir com o objeto do Contrato de Concessão objeto do Edital de Concessão Concorrência nº 004/2020, referente à licitação promovida pela Prefeitura do Município de Franco da Rocha, Estado de São Paulo, consubstanciado na prestação dos serviços de Iluminação Pública no Município de Franco da Rocha, Estado de São Paulo, incluídos o desenvolvimento, modernização, expansão, eficiência energética, operação e manutenção do conjunto de equipamentos que compõem a infraestrutura da rede municipal de iluminação pública (“Contrato de Concessão”). **Artigo 4º.** A Companhia tem prazo de duração determinado, vinculado à consecução de seu objeto social, caracterizado pela vigência do Contrato de Concessão, inicialmente fixado em 13 anos, podendo ser prorrogado nos termos do Contrato de Concessão. **Capítulo II – Capital Social. Artigo 5º.** O capital social da Companhia é de R\$ 4.071.869,00, representado por 4.071.869 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Capítulo III – Assembleia Geral. Artigo 6º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 primeiros meses subsequentes ao término do exercício social, nos termos da Lei, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Artigo 7º.** A Assembleia Geral será convocada por qualquer Diretor ou pelas pessoas autorizadas por lei, sendo seus trabalhos instalados e dirigidos por mesa composta por presidente e secretário escolhidos entre os Acionistas presentes. **§ Único.** Será considerada regular aquela Assembleia à qual comparecerem todos os Acionistas, hipótese em que a convocação prévia será dispensada. **Artigo 8º.** As deliberações sociais serão tomadas, em regra, por acionistas que representem 90% das ações com direito a voto de emissão da Companhia, exceto nos casos em que o presente Estatuto, a legislação em vigor ou o Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia estabeleçam quórum qualificado. **Capítulo IV – Administração Social. Artigo 9º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por até 03 Diretores, sendo 01 Diretor Presidente, 01 Diretor Administrativo e 01 Diretor sem Designação Específica, acionistas ou não, residentes no País, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, para um mandato de 03 anos, que se estenderá até a investidura dos novos diretores eleitos, permitida a reeleição. **§ Único.** Os diretores deverão exercer suas respectivas atribuições sempre no sentido de observar os princípios adotados neste Estatuto, bem como de zelar pela fiel observância das normas legais, regulamentares e contratuais pertinentes às atividades da Companhia e de suas subsidiárias. **Artigo 10º.** A investidura dos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo diretor empossado, dispensada qualquer garantia de gestão. **Artigo 11º.** O Diretor Presidente e o Diretor Administrativo têm todos os poderes para, sempre em conjunto, observados os limites previstos neste Estatuto Social e sujeito às disposições da Política de Transações com Partes Relacionadas aprovada pela Assembleia Geral da Companhia, praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, incluindo, mas não se limitando a, representação da Companhia ativa e passivamente, tanto em juízo como fora dele, perante todas as repartições públicas federais, estaduais e municipais e autárquicas. **§ Único.** As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Administrativo, em conjunto, e indicarão poderes específicos e prazo de validade determinado, exceto pelas procurações *ad iudicia*, que podem ter prazo de duração indeterminado e serão outorgadas pela assinatura de 02 dos Diretores, em conjunto. **Capítulo V – Cessão e Transferência de Ações. Artigo 12º.** A transferência de ações representando o controle da Companhia está condicionada às disposições específicas do Contrato de Concessão, e da legislação aplicável, em especial autorização expressa da Prefeitura do Município de Franco da Rocha/SP. **Capítulo VI – Exercício Social e Destinação dos Lucros. Artigo 13º.** O exercício social coincidirá com o ano civil, levantando-se em 31 de dezembro de cada ano o balanço geral e demais demonstrações financeiras exigidas por lei. **Artigo 14º.** Do lucro líquido apurado da demonstração de resultado do exercício, observadas as regras gerais no tocante às reservas legais e estatutárias, 5% serão obrigatoriamente distribuídos aos Acionistas, a título de dividendo obrigatório, na proporção das ações por eles detidas. **§ 1º.** A destinação do lucro líquido apurado em cada exercício será determinada pela Assembleia Geral, observada a política de dividendos da Companhia. **§ 2º.** A Companhia poderá levantar relatórios financeiros e balanços intermediários preparados com propósitos fiscais ou para distribuição de dividendos intermediários ou intercareares, podendo haver, inclusive, pagamento de juros sobre o capital próprio aos Acionistas. **Capítulo VII – Liquidação. Artigo 15º.** A Companhia será dissolvida nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, e a sua liquidação será processada de acordo com o estabelecido na Lei de S.A. **Artigo 16º.** Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral. **Capítulo VIII – Foro. Artigo 17º.** Quaisquer controversas ou disputas oriundas do presente Estatuto Social serão submetidas ao foro da Comarca de Franco da Rocha, Estado de São Paulo, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja. **Mesa:** Cláudio Zopone, Presidente; e Orlando Fregolente, Secretário. Visto da Advogada: Natasha Midori Hinata OAB/SP nº 323.923. JUCESP – Registrado sob o NIRE 35.300.559.053 em 12/11/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Cast Participação S.A.

CNPJ/ME nº 17.837.377/0001-00 – NIRE 35.300.451.601

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”)

A **Cast Participação S.A.**, com sede na Avenida Ibirapuera, nº 2.332, Torre 1, 11º andar, Bairro Indianópolis, São Paulo-SP, vem pela presente, convocar os Srs. Acionistas para reunirem-se em AGE a ser realizada, em primeira convocação, no dia 15/12/2020, às 11h00, o qual será realizada exclusivamente por meio digital, nos termos do artigo 121, § único da Lei 6.404/76 e IN DREI nº 81/2020, a fim de examinar, discutir e votar a respeito da seguinte Ordem do Dia: (i) deliberar sobre o pedido de renúncia do Sr. Henrique Donato Rabele ao cargo de diretor da Companhia; (ii) deliberar sobre a eleição do Sr. Fábio Thudor Dragovic ao cargo de diretor da Companhia; Consoante o artigo 126 da Lei 6.404/76, apenas as pessoas que comprovarem a qualidade de acionistas ou de representantes de acionistas, na forma da legislação aplicável, poderão comparecer e participar da AGE. O Boletem de Voto a Distância e link da videoconferência para participação da AGE, encontram-se à disposição dos Acionistas, devendo ser encaminhada solicitação por e-mail para arthur.moragas@castgroup.com.br. São Paulo-SP, 02 de dezembro de 2020. **José Calazans da Rocha** – Diretor Presidente

www.datamercantil.com.br

Reino Unido após o Brexit. No fim da tarde desta sexta, 4, em Nova York, o dólar subia a 104,17 ienes, o euro recuava a US\$ 1,2123 e a libra tinha baixa a US\$ 1,3423. O índice DXY, que mede o dólar ante uma cesta de outras moedas, caiu 0,01%, a 90,701 pontos. Na comparação semanal, o DXY recuou 1,38%. Embora ainda sem acordo em Washington, a presidente da Câmara dos Representantes, Nancy Pelosi, voltou a mostrar otimismo

sobre a chance de novos estímulos nos Estados Unidos. Já na agenda de indicadores, o payroll do mês passado ficou aquém do esperado, com analistas em geral destacando a perda de fôlego do mercado de trabalho americano. No comércio, porém, a reação foi modesta, com o dólar mantendo o viés negativo. O DXY reduziu as perdas à tarde, em meio a mínimas da libra.

IstoÉDinheiro

DÓLAR

compra/venda
Câmbio livre BC - R\$ 5,170 / R\$ 5,1706 **
Câmbio livre mercado - R\$ 5,1240 / R\$ 5,1260 *
Turismo - R\$ 5,117 / R\$ 5,287

(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado no dia: -0,250%

OURO BM&F

R\$ 301,50

BOLSAS

Bovespa (Ibovespa)
Variação: 113.750%
Pontos: 1,30%
Volume financeiro: R\$ 31,551 bilhões
Maiores altas: CSN ON (12,45%), Petro Rio ON (8,10%), B2W Digital (7,68%)
Maiores baixas: Cyrela ON (-3,60%), MRV ON (-4,44%), CPFL Energia ON (-2,91%)

S&P 500 (Nova York): 0,88%
Dow Jones (Nova York): 0,83%
Nasdaq (Nova York): 0,70%
CAC 40 (Paris): 0,62%
Dax 30 (Frankfurt): 0,35%
Financial 100 (Londres): -0,92%
Nikkei 225 (Tóquio): -0,22%
Hang Seng (Hong Kong): 0,40%
Shanghai Composite (Xangai): 0,07%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 0,18%
Merval (Buenos Aires): -0,76%
IPC (México): -0,66%

Negócios

Marmiteiros viram homechefs e adequam métodos para entregas na pandemia



A pandemia ajudou a inflar o setor de fornecimento de comida caseira por delivery. Só o aplicativo Apptite, que entrega 1.800 pratos diariamente na capital paulista, viu o número de cozinheiros cadastrados quadruplicar desde o início da quarentena.

“Dessa turma de homechefs que entrou a partir de abril, muita gente vem de restaurantes que fecharam as portas, mas também há profissionais de outras áreas que já cozinhavam de forma amadora e precisaram acionar o plano B”, relata o presidente do Apptite, Guilherme Parente, 41.

Os 600 cozinheiros cadastrados no aplicativo estão passando, pela primeira vez, por uma avaliação criteriosa.

Agora, todos os profissionais são obrigados a fazer curso online de boas práticas na manipulação de alimentos e suas cozinhas estão sendo vistoriadas por nutricionistas.

Ao longo de até uma hora e meia de visita, que pode ser online ou presencial, o profissional inspeciona 14 itens, que vão da higiene das instalações ao método de descarte do óleo usado.

Cozinheiros informais também serão impedidos de trabalhar pela plataforma. Todos devem se regularizar como MEI (microempreendedor individual) ou ME (microempresa) -das MEs, ainda será exigido o Cadastro Municipal de Vigilância em Saúde.

Segundo Parente, as normas têm como objetivo deixar o cliente mais confiante

na hora de fazer o pedido. Em pesquisa informal, cerca de 20% dos usuários relataram ter dúvidas em relação às práticas dos cozinheiros.

“Em quase cinco anos de atuação, nunca tivemos qualquer episódio de contaminação, porque os profissionais sabem que o bom nome é o principal ativo que eles têm. Ainda assim, criamos esses procedimentos para aumentar a segurança. Os cozinheiros terão uma certificação que todos os clientes poderão conferir.”

Cadastrada no Apptite desde 2017, Marília Gonçalves de Souza, 58, já tinha experiência na gestão e implantação de restaurantes quando decidiu virar homechef.

Flávia G. Pinho/Folhapress

Heineken sofre com falta de garrafas de vidro para cerveja em algumas regiões



A cervejaria Heineken tem tido dificuldade para abastecer o mercado com cervejas em garrafas de vidro em algumas regiões do país.

A empresa afirma que a questão é pontual e causada pela falta de insumos como vidro e alumínio, problema já sentido por outras cadeias industriais, e que, segundo a companhia, tem afetado toda a indústria de bebidas no Brasil.

Ainda segundo a cervejaria, todo e qualquer impacto na cadeia “tem um impacto ainda maior na disponibilidade de Heineken”.

O Sindicerv (sindicato na-

Banco do Brasil e Receita Federal iniciam pagamento de impostos via PIX

O Banco do Brasil informou nesta quinta-feira (3) que incorporou o PIX ao serviço de arrecadação prestado ao Governo Federal, que está sob a gestão da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. Com essa evolução, o Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), principal meio de arrecadação do Governo, passará a ter um QR Code que permitirá o pagamento via PIX.

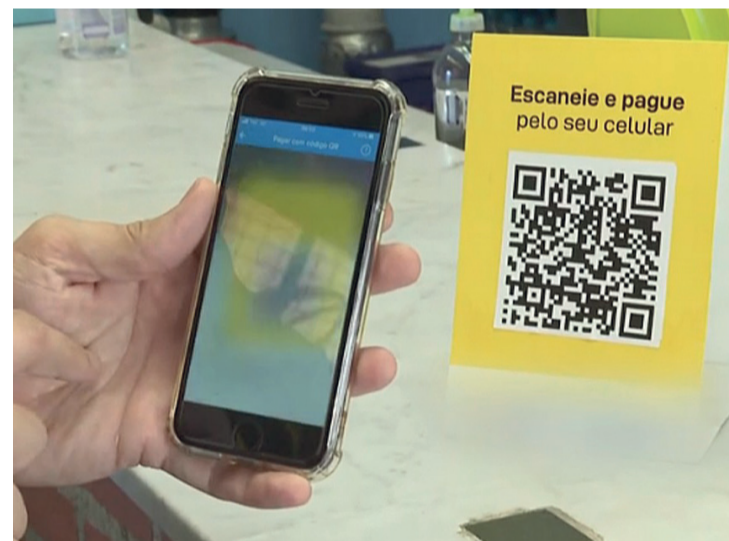
A parceria do BB possibilitará ao fisco o acesso imediato à informação de pagamento, independentemente de o pagador ser cliente do banco ou não. Nesta primeira fase, poderão pagar o Darf pelo PIX as empresas obrigadas a entregar a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb).

Segundo a instituição, ainda neste mês, o QR Code do PIX será incorporado no Documento de Arrecadação do eSocial (DAE), utilizado por todos os empregadores domésticos, envolvendo cerca de um milhão de pagamentos todos os meses.

Em janeiro de 2021, será a vez do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) receber o QR Code do PIX. Essa medida vai facilitar os 9 milhões de pagamentos feitos mensalmente por micro e pequenas empresas bem como por microempreendedores individuais (MEI).

A expectativa do BB é que todos os documentos de arrecadação sob gestão da RFB tenham o QR Code do PIX ainda no decorrer de 2021. Isso corresponde a 320 milhões de pagamentos por ano.

Biznews



cional da indústria da cerveja) e a CervBrasil, associação do setor, também dizem que há falta pontual de garrafas.

Para o Sindicerv, o problema é reflexo do impacto no fornecimento de insumos agravado pela pandemia. A entidade diz que busca, junto aos fornecedores, “soluções para a normalização e menor impacto possível ao processo”.

A indústria do vidro, por sua vez, diz que o problema decorre da mudança de hábitos de consumo do brasileiro na pandemia, que passou a consumir mais latas em casa durante o distanciamento social imposto pela crise do

coronavírus, reduzindo a demanda por garrafas.

“As empresas diminuíram as compras [principalmente de abril a junho] e venderam tudo o que tinham de capacidade de venda. Agora, na volta, querem contratar o que elas estavam vendendo antes da pandemia. Não tem como suprir embalagem de vidro diferente para cada cliente”, disse Lucien Belmonte, presidente da Abividro (Associação Brasileira das Indústrias de Vidro).

De acordo com Belmonte, a indústria de vidro nunca parou de fabricar, mesmo com a pandemia. Sheyla Santos